

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO: NOTAS SOBRE O PENSAMENTO SOCIAL DE PAULO FREIRE

Rafael Conceição¹

Resumo

O presente artigo possui como proposta central analisar as significativas contribuições da teoria pedagógica e pensamento social de Paulo Freire, através de conceitos chaves das Ciências Sociais e autores seminais de nosso campo. De acordo com a revisão bibliográfica, a investigação sobre as influências teóricas à obra de Paulo Freire, concentram-se na interpretação da obra "Educação como prática da liberdade", a partir dos paradigmas da teoria marxista e da sociologia do conhecimento. Esses diálogos conduzem à percepção do fenômeno da massificação, atribuído às sociedades modernas, que Paulo Freire busca elaborar a partir do papel da educação popular, como instrumento de emancipação social e construção da participação política democrática. Assim, a contextualização da obra, em voga, possui enquanto objetivos traçar reflexões sobre a contemporaneidade da sociedade brasileira, com as perspectivas de questões sociológicas referentes ao "esclarecimento das massas", dos debates em torno do conceito de "ideologia" e o papel inerente à "educação crítica".

Palavras-chaves: sociedade de massas, educação crítica, emancipação social.

Abstract

This article has as its central proposal to analyze the significant contributions of the pedagogical theory and social thought of Paulo Freire, based on key concepts from the Social Sciences and seminal authors, in our field. Through a literature review, the investigation into the theoretical influences on Paulo Freire's work focuses on the interpretation of "Education as the practice of freedom", drawing from the paradigms of marxista theory and the sociology of knowledge. These dialogues lead to an understanding of the phenomenon of massification attributed to modern societies, which Paulo Freire seeks to elaborate on through the role of popular education as an instrument for social emancipation and the construction of democratic political participation. By contextualizing the work in question, the objectives are delineated through reflections that address contemporary brazilian society, focusing on sociological issues related to

¹ Rafael Conceição é bacharel e licenciado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), e mestrando no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, também pela UFJF, apoiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG). Suas áreas de interesse de pesquisa são: Estudo de Gênero; Antropologia da Velhice e do Envelhecimento; Antropologia da Vida; Ciências Sociais e Educação, tendo participado de projetos de pesquisa como: "Vivências escolares e histórias de vida: a escola como lugar de memória" e "O rio e a cidade: usos do espaço, sentidos e formas de integração de moradores de Juiz de Fora ao rio Paraibuna". Em 2021, foi agraciado pelo Prêmio Janelas Abertas, da Pró-reitoria de Cultura, da UFJF, pela obra literária "Lamparina: uma odisseia brasileira".

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

“enlightenment of the masses”, debates surrounding the concept of “ideology” and the inherent role of “critical education”.

Keywords: mass society; critical education; social emancipation.

Resumen

Este artículo tiene como propuesta central analizar las significativas contribuciones de la teoría pedagógica y el pensamiento social de Paulo Freire, basándose en conceptos clave de las Ciencias Sociales y autores seminales en nuestro campo. A través de una revisión bibliográfica, la investigación sobre las influencias teóricas en la obra de Paulo Freire se centra en la interpretación de “La Educación como Práctica de la Libertad”, tomando como base los paradigmas de la teoría marxista y la sociología del conocimiento. Estos diálogos conducen a comprender el fenómeno de la masificación atribuido a las sociedades modernas, que Paulo Freire busca elaborar a través del papel de la educación popular como instrumento de emancipación social y construcción de la participación política democrática. Al contextualizar la obra en cuestión, los objetivos se delimitan a través de reflexiones que abordan la sociedad brasileña contemporánea, centrándose en cuestiones sociológicas relacionadas con “la iluminación de las masas”, debates en torno al concepto de “ideología” y el papel inherente de la “educación crítica”.

Palabras clave: sociedad de masas; educación crítica; emancipación social.

Introdução

A obra “Educação como prática da liberdade”, de Paulo Freire (1999), apresenta noções centrais de sua pedagogia crítica, tal qual, análise do momento histórico-social vivido pelo Brasil, no processo de massificação, industrialização e urbanização pelo Capital, sob o regime autoritário cívico-militar (1964-1985). Paulo Freire, como pontua Weffort (1999), é expressão exemplar de um movimento de educação popular que propunha uma “emancipação” do povo frente aos processos de dominação ao qual está submetido. Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, foi exilado pelo mesmo regime que temia sua prática educativa, assim como, a integração política que propunha aos estratos populares, a partir da alfabetização pela criticidade, em especial, ao campesinato. Trata-se de camponeses arrastados para as cidades, em um processo de modernização aliançado à dependência externa, que despontava um “ajustamento massificador” da sociedade em transição.

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

Para a análise desses temas, assim como, do que se pode denominar como o pensamento social de Freire, algumas obras inaugurais das Ciências Sociais e da filosofia política são elencadas para a problematização do que se empenhava Freire, na década de 1960. O interesse pela construção de um modo de educar para a emancipação política, nos temos democráticos de integração do povo à nação. Assim, autores clássicos como Karl Marx (2013, 2022) e Karl Mannheim (1972, 1982) apresentam uma série de contribuições para a contextualização da obra e os diálogos possíveis entre Freire e o fazer sociológico. Karl Marx, autor que inaugura uma escola de pensamento, demonstra-nos como o Capital em suas lógicas, e na mistificação pertinente ao mesmo, opera os processos de homogeneização moderna a partir da categoria “trabalho”. Karl Mannheim, por sua vez, ao lançar bases à sua Sociologia do Conhecimento, discute uma conceptualização profunda sobre as categorias “consciência”, “ideologia” e sobre o papel da educação moderna para a democratização das sociedades, tema caro à Paulo Freire e ao qual constrói interfaces importantes.

A obra “Educação como prática para liberdade” possui traços marcantes para reflexão sobre as dinâmicas da modernidade, às quais podemos questionar: é possível existir uma relação entre criticidade e democratização? Qual o papel da Educação, e como ela deve se dar, perante a situação permanente de tutela política do povo brasileiro? A emancipação social é um projeto tangível a qual tipo de Educação? Tais interrogações são fomentos para alçar a continuidade da obra e da esperança nutridas por Paulo Freire. Intelectual exímio em construir continuidades entre teoria e prática, elemento que fundamenta as ciências sociais em sua dimensão transformadora.

Contextualizando: a modernização e o processo de massificação

Ao apresentar “Educação como prática da liberdade”, Francisco C. Weffort (1999) contextualiza os escritos teóricos de Paulo Freire à época de modernização do Brasil, nos anos 60, em que se observa a educação popular como tentativa de democratização da cultura, como mencionado, pela meta da alfabetização crítica. Os

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

círculos de cultura, método estrutural da pedagogia dos educadores populares, tal qual indica Weffort, é responsável pela dialogação com os educandos de forma a criar-se uma participação livre e criativa, distinta da tradição autoritária das escolas regulares modernas. O viés da conscientização proporcionada por esse método, nas palavras do autor, em uma espécie de maiêutica socrática, é essencial para fomentar-se a luta pela libertação. Liberdade, aqui, comunga com a significação de homens históricos e seus problemas concretos, abrindo-se possibilidades para a ampliação democrática da participação popular. Os exitosos e esperançosos feitos dessa pedagogia esbarram-se, tragicamente, como mostra o autor, em um processo histórico em que:

Assiste-se a emergência política das classes populares urbanas, mas as rurais permanecem “fora da história”. Acelera-se a urbanização e a industrialização, mas até 1950 perto de metade da população vive no campo e a industrialização jamais pôde sair de uma condição complementar em relação à produção agrária para a exportação. A nova burguesia industrial cresce em importância, mas não conseguiu afirmar-se com autonomia perante o capital agrário e bancário e, posteriormente, perante o capital estrangeiro. A emergência das classes populares, associada à crise das elites, conduz à redefinição do esquema de poder, que agora tem de resultar de um compromisso com as massas. Mas estas não conseguiram jamais impor a hegemonia e tiveram que subordinar-se aos grupos burgueses emergentes interessados, em seu próprio proveito, na ampliação da participação política. (WEFFORT, 1999, p. 21)

A homogeneização dos trabalhadores, a partir da urbanização, ou o processo de “massificação”, pode ser analisado a partir da teoria de Karl Marx, ao debruçar-se sobre as lógicas internas do Capital e suas consequências sumárias e sublimadoras ao conjunto da sociedade moderna. Ao abordar a acumulação primitiva, Marx (2013) exprime, como fundamento da relação capitalista, a separação dos trabalhadores e a propriedade das condições de realização do trabalho – lógica primária que se reproduz em escalas cada vez maiores. O processo de acumulação primitiva de capital, portanto, pode ser definido como o processo histórico de

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

separação entre produtos e meios de produção, em que as massas despossuídas de subsistência, deste modo, são “lançadas no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres” (MARX, 2013, p. 516). A expropriação violenta dos meios das classes populares marcou o desenvolvimento do capitalismo e do industrialismo, na Europa, a partir da Revolução Gloriosa, na Inglaterra, em que há a inicial incorporação do solo agrário ao capital (e aos proprietários fundiários capitalistas), concomitante à oferta de proletariado livre para a indústria urbana. Esse processo, caracterizado como principal ao desenvolvimento capitalista, alicerça-se, como revela Marx (2013), a um conjunto de procedimentos judiciais (expressos nas Leis Sanguinárias²), coercitivos e morais, que possuem enquanto resultado que a classe trabalhadora “reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (MARX, 2013, p. 526). No constante à ascensão da burguesia industrial, alguns elementos são essenciais para a acumulação de capital e seu crescente domínio do Estado: a criação de mercados internos, pela separação entre manufatura e agricultura e destruição da produção rural doméstica; monopólio dos mercados das colônias, em que a supremacia comercial é geradora do predomínio industrial; o uso da “servidão assalariada” aliada à servidão em si pela exploração do trabalho das massas; o uso dos bancos e da dívida pública para a emergência do poderio dos especuladores. O autor coloca-nos, em relevo, a questão da violência como método de imposição do novo modo de produção: propriedade privada de poucos na exploração do *trabalho em escala social*.

A esse ponto, com a intenção de evitar-se uma transplantação da teoria marxiana para uma explicação simétrica da realidade brasileira, abordo o pensamento social de Paulo Freire, com seu referencial teórico em grande medida orientado pelo marxismo. Ao discutir alguns pontos históricos à compreensão da massificação moderna da sociedade brasileira, o autor indica sua franca relação com o colonialismo: trata-se da nossa inexperiência democrática, originada e perpetrada pela lógica da exploração colonial fundante às “áreas autarquizadas”, em que se fomenta o “gosto” do homem brasileiro ao protecionismo. Freire (1999) descreve o

² Leis Sanguinárias, aqui, define-se pelo conjunto de leis inglesas, à época da Primeira Revolução Industrial, às quais Marx considera brutalmente violentas à expropriação camponesa.

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

período de acumulação primitiva pela Coroa Portuguesa, no Brasil, a partir de seu caráter ideológico e desintegrador: que cria o “mutismo” brasileiro, condição dos estratos subalternizados pelo mandonismo dos “donos das terras e das gentes”, os senhores de engenho, que condicionam a negação à comunicação e aos processos de dialogação do povo. Enfim, a inexistência democrática e a ausência de uma “sabedoria democrática” são heranças políticas que, nas palavras de Freire, ordenam os núcleos urbanos, “nascidos de baixo para cima”, pela perpetuação imperativa dos interesses privados e pela constante dissolução da solidariedade política em alienação, domínio de massas, assistencialismo e manipulação política.

Nesse processo de permanência da tutela política pela massificação da sociedade em urbanização, Marx (2022) utiliza a categoria do trabalho para explicar o obscurecimento da violência tradicional à dominação capitalista. Aqui, refere-se às mistificações do capitalismo, e seu modo produtivo, como ocultação de seu funcionamento, pautado pela mais-valia – extração de valor a partir de trabalho não pago ao produtor – criando-se, portanto, uma sociedade alienada de si mesma. Nas palavras de Marx (2022, p.59):

Quando a relação de superioridade e de subordinação substitui a escravidão, a servidão e a vassalagem, formas patriarcais, etc., de subordinação, apenas se opera uma *transformação em sua forma*. A forma torna-se mais livre porque é agora de natureza simplesmente material, formalmente voluntária, puramente econômica.

Com isso, o autor define a subsunção formal do trabalho ao capital, como mudança formal do sistema produtivo, estabelecendo-se diferenças aos modos anteriores de forma que: antes, o escravo recebia coerção direta e temor exterior para sua subordinação; agora, o trabalhador livre é impulsionado pelas necessidades da existência, na representação de uma determinação pessoal livre (onde reside a obscuridade de sua condição). Para além do aspecto formal, a subsunção real do trabalho ao capital infere sobre a mais-valia, de modo que: o produtor real é simples meio de produção, e a riqueza material torna-se fim em si mesma, na lei

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

geral do Capital, em que: a produtividade é definida por máximo de produtos com mínimo de trabalho objetivado. Cria-se o paradoxo em que cada produto (mercadoria) deve conter o máximo de trabalho não pago, sendo *quantum* maior do que o socialmente necessário: assim, a escala de produção contradiz as necessidades existentes. Nesse sentido, a “alma” que move o capitalismo é a própria valorização do capital, de forma a alcançar-se a maior diminuição possível dos que vivem de salário e o maior aumento possível dos que vivem do produto líquido da produção (mais-valor).

O capitalismo, dessa forma, transforma as forças produtivas sociais do trabalho (em suas premissas do valor de uso) em forças produtivas do capital (extração de mais-valor pelo valor de troca), que tem, por sua vez, um modo de existência autônomo, separado do operário. O papel da ciência e da tecnologia é ser, justamente, incorporadas diretamente ao capital, como instrumento dos proprietários, que as usam em oposição ao trabalhador produtivo (aquele que está inserido no sistema de produção de mercadorias), em uma relação de dominação e alienação, com o fim último de ser valor que gera valor:

Nesse processo, no qual as características sociais do trabalho se contrapõem aos operários de maneira, por assim dizer, *capitalizada* – tal como, por exemplo, na maquinaria, os produtos visíveis do trabalho aparecem como dominadores deste –, ocorre o mesmo com as forças naturais e a ciência – o produto do desenvolvimento histórico em sua quinta-essência abstrata – que lhes opõem como potências do capital. (MARX, 2022, p. 86)

No sentido conferido por Marx (2022), em sua crítica ao capital, a ciência, como saber moderno logicizado, também se integra ao sistema produtivo capitalista, de modo a antagonizar o trabalhador e lhe produzir alienação em relação ao caráter ontológico e social conferido ao trabalho – sendo: consumo direto e garantia das condições existenciais. Portanto, com essa dimensão fetichizante, o princípio próprio do capital de ser fim em si mesmo, constitui uma sociedade, logo, alienada de si mesma, tal qual supracitado. Pois essa preocupação é compartilhada por Paulo Freire, que procura

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

construir, em seu pensamento social, categorias do conhecimento ou de estados de conhecimento para se atingir o que denominou “transitividade crítica” do povo (um conceito a ser desenvolvido no próximo tópico). Nos sentidos do socialismo científico, desenvolvido por Marx – e para além deles –, em “Educação como prática da liberdade”, Freire (1999) está envolvido com a questão democrática, que só pode se dar plenamente pela emancipação social – através da criticidade – quando, o conhecimento instrumental é superado a partir do conhecimento dos problemas concretos do homem.

No processo de massificação da classe trabalhadora, em uma modernização brasileira cambiante, diacrônica e incompleta, discutir a sociologia do conhecimento e o papel da Educação são elementos para pensar-se alternativas à lógica impetrada pelo Capital e seu modo de existência.

Educação e a questão sociológica da consciência

Inicialmente, pensar a Educação nas sociedades modernas é refletir sobre o conceito de “esclarecimento” ou “consciência”. Na tradição iluminista de Immanuel Kant (2021), percebe-se o papel centrado no sujeito para o uso da faculdade da razão que exige, em última instância, somente a liberdade para superar a condição de “menoridade” do homem – quando este está sob tutela de *outrem*. Em suas palavras:

Uma época não pode se aliar e conjurar para colocar a seguinte em um estado em que se torne impossível para esta ampliar seus conhecimentos (particularmente os mais imediatos), purificar-se dos erros e avançar mais no caminho do esclarecimento. Isto seria um crime contra a natureza humana, cuja determinação original consiste precisamente neste avanço. E a posteridade está portanto plenamente justificada em repelir aquelas decisões, tomadas de modo não autorizado e criminoso. Quanto ao que se possa estabelecer como lei para um povo, a pedra de toque está na questão de saber se um povo se poderia ter ele próprio submetido a tal lei. (KANT, 2021, p. 108–109)

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

O sociólogo Karl Mannheim (1972) enuncia considerações sobre a “filosofia da consciência”, em Kant, ao elencar a unidade do “sujeito que percebe” como absoluta. Para além da unidade ontológica objetiva do mundo e do indivíduo concreto, o sujeito kantiano é noológico – de modo que, o mundo existe com referência à mente que conhece. Assim, a estabilidade do mundo encontra-se na “consciência em si”. De outro modo, ao comentar a filosofia hegeliana, Mannheim (1972) indica seu “espírito do mundo” (*Volksgeist*) historicamente diferenciado, em que o mundo é unidade somente concebível com referência a um sujeito conhecedor, diferenciado pela nação e no imperativo de criar-se totalidade social expressiva – pela autoconsciência e necessidade lógica do Espírito à racionalidade ética, conforme processo reflexivo da História. Nas palavras de Hegel (1992, p. 308-309): “[...] é o espírito que é para si enquanto se mantém no reflexo dos indivíduos, e que é em si – ou substância –, enquanto os contém em si mesmo. Como substância efetiva, o espírito é um povo; como consciência efetiva, é cidadão do povo”.

Na concepção de Mannheim (1972), torna-se importante distinguir o sujeito genérico, abstrato, unificador do mundo de Kant – que represente a “consciência em si” – do sujeito mais concreto de Hegel, diferenciado histórico-socialmente pela ideia de Nação como totalidade. Com o fim de compreender-se o que denominou “ideologia total”: em nível teórico, trata-se da forma e/ou estrutura conceptual de um modo de pensamento, em função da situação de vida de um pensador. Assim como, condizente a uma vida coletiva partilhada com opositor, em que modos de experiência e interpretação demarcam estratos sociais e a noologia de uma época. Logo, os pensamentos de Kant e Hegel contribuem para uma síntese histórica do conceito de “ideologia total”, entre: consciência, como centro unitário e mundo variável; e concepção unitária de espírito, sociologicamente maleável e flexível, à noção de um sistema interdependente de significados, relativo a períodos históricos, nações e classes sociais.

Em Mannheim (1972), para a empreitada de conceber o cognoscível é necessário conceber o conceito de ideologia que, nos termos do que chamou “relacionalismo” e de sua Sociologia do Conhecimento, trata-se de compreender e produzir a síntese das perspectivas coexistentes à tentativa de conformar uma

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

totalidade. Isso, a partir do entendimento de que o próprio sujeito conhecedor é portador de um prisma ideológico. No intuito de uma análise sociológica profunda, e pela crítica de uma formulação “genérica” de ideologia, o autor debruça-se sobre o que chamou “determinação situacional”: os esforços para uma análise não-valorativa de ideologia, com uma epistemologia definida, para que o conhecimento histórico se transforme em conhecimento relacional – sendo estudo de ideologia livre de juízos e valorações. Como define:

A tarefa de um estudo da ideologia, que tenta ser livre de juízos de valor, consiste em compreender a limitação de cada ponto-de-vista individual e o intercurso entre estas atitudes distintas no processo social total. Aqui nos defrontamos com um tema inesgotável. O problema é mostrar como, em toda a história do pensamento, certos suportes intelectuais acham-se vinculados a certas formas de experiência, delineando a íntima interação entre as duas no curso da mudança intelectual e social. (MANNHEIM, 1982, p. 70)

Ao expandir o conceito de ideologia e centralizá-lo à compreensão dos fenômenos sociais, Mannheim (1972) antagoniza a “verdade em si” para definições que perpassam a ideia de “situação cultural” repleta de muitas “circunstâncias”. Essa atitude relativista o conduzirá ao “relacionalismo” que propõe: a perspectiva do conhecimento a partir da experiência das situações efetivas de vida, em que “[...] todo conhecimento está orientado para algum objeto e é influenciado em sua aproximação pela natureza do objeto a que tende” (MANNHEIM, 1972, p. 73). Esse procedimento combina-se com a estrutura histórica, ou quadro de pensamento de uma época, em que os conhecimentos parciais conjugam-se à uma significação mais ampla. Com isso, o sociólogo pretende desmistificar o absolutismo moderno de verdade, em que a racionalidade deve ser relacional, portanto: incluindo a análise de interesse e valores.

Paulo Freire (1999), em “Educação como prática para a liberdade”, menciona Mannheim ao elaborar uma relação entre significado integral de democracia e Educação crítica, e, assim, estabelece elementos em comum, de sua teoria, com a sociologia do

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

conhecimento. O autor sustenta que, para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente, possível de ser conhecida – aproximando-se dos termos hegelianos – de forma que “estar com o mundo” é estabelecer relações na pluralidade, e não na unidimensionalidade – aproximando-se do relacionismo mannheimiano. O enfoque do problema, para o educador, contudo, é a questão da integração do homem com o mundo, sua conexão e correspondência com sua historicidade e com as “tarefas concretas” de seu tempo. A massificação moderna, na visão de Freire (1999), é responsável pelo desenraizamento desse homem, que é destemporalizado, acomodado, expulso das órbitas da decisão: dominado pela força das mistificações e condenado pela publicidade organizada. Um homem que, ao entrar nesse processo, coisificou-se – ajustando-se aos mandos de autoridades anônimas.

Em desenvolvimento a esse argumento, Freire (1999) discerne a diferença entre “ajustamento” e “integração”: o primeiro está na perspectiva de uma vida mistificada, do sujeito em expectativa, em elementos de consciência puramente instintivos e emocionais; o segundo, diz respeito a uma atitude crítica, em que há a afirmação do sujeito em funções intelectuais e, portanto, nos atributos da razão. A emancipação pela integração dá-se em forma de criticidade, ampliando o poder da decisão, em uma ação que é vigiada pela reflexão. Nesse enunciado, confere-se, ao papel da Educação, a orientação para a integração do povo em uma sociedade francamente democrática.

O sociólogo Karl Mannheim (1982), ao abordar o tema da Educação, indica que os princípios educacionais não podem ser divorciados da sociologia – esforço notadamente central na pedagogia freireana. Tais princípios são alicerçados em uma relação com a vida real (contrapondo-se ao idealismo), de modo que a “existência espiritual” do homem possa ser conscientemente moldada. Mannheim (1982) critica a perspectiva aristocrática de que as massas não podem educar-se por uma “incapacidade inata”, em um discurso de restrição que não compreende a desigualdade social, assim como, as diferenças culturais. Em contraponto a isso, propõe a democratização da Educação, logo, tratando-se de uma medida ao aprofundamento e refinamento da transmissão de nossa herança cultural, sendo bem-sucedida: de

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

forma a ter-se um fundo comum de conhecimento na sociedade, que não signifique o “nivelamento por baixo” de um conhecimento acrítico. Mas, a ampliação da valorização da diversidade cultural, sendo que as diferenças são um ponto de partida para a busca comum do conhecimento a “caminhos inexplorados”. O autor alerta, também, para o que denominou “Era das Massas”, constante ao grande risco dos padrões de publicidade e propaganda tornarem-se modelos para o planejamento cultural. Aqui, torna-se relevante demonstrar que a ideia de racionalidade – pela “criticidade” – encontrada, em ambos autores, define uma interpretação necessária à prática educativa. Paulo Freire (1999, p. 102) cita Mannheim (1998, p. 50 apud FREIRE, 1999, p. 102) no seguinte trecho de sua obra:

Estávamos convencidos, com Mannheim, de que “à medida em que os processos de democratização se fazem gerais, se faz também cada vez mais difícil deixar que as massas permaneçam em seu estado de ignorância”. Referindo-se a este estado de ignorância, não se cingiria Mannheim, apenas, ao analfabetismo, mas à inexperiência de participação e ingerência delas, a serem substituídas pela participação crítica, uma forma de sabedoria. Participação em termos críticos, somente como poderia ser possível a sua transformação em povo, capaz de optar e decidir.

O elemento da racionalidade, então, coincide, teoricamente, com a necessidade da crescente participação do povo no processo histórico. Freire (1999), para ilustrar essa asserção, cria uma tipologia, em franca aspiração na sociologia do conhecimento, para analisar a sociedade brasileira “em trânsito”: são os conceitos de “intransitividade da consciência”, “transitividade ingênua” e “transitividade crítica”. A “intransitividade da consciência” refere-se à condição dos indivíduos em uma “sociedade fechada” (ou, em linhas gerais, autoritária), observando-se o compromisso do homem com a existência e a limitação da esfera da apreensão: o sujeito está em imersão, nos procedimentos rígidos da dominação. A “transitividade ingênua” versa sobre uma centralidade das posições míticas na definição da experiência cognoscente, pela condição de impermeabilidade à investigação e uma deturpação ao verdadeiro sentido de “dialogação”. Dialogação que, por sua vez, define a experiência da transitividade crítica, constituída por uma consciência de profundidade na interpretação dos

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

problemas, compromissada com o fazer histórico, e caracterizada como a verdadeira matriz da democracia. O trabalho educativo, enfim, causa da transitividade crítica, coloca-se como tarefa diante do “perigo da massificação”, por sua vez, em relação íntima à industrialização e aos imperativos existenciais do capitalismo. Em termos gerais, a criticidade em prática educativa é elemento anterior à prática política e ulterior à legítima realização democrática.

Educação e emancipação social

O conceito de “emancipação social”, evocado, aqui, em seu sentido sociológico, como forma de nos aproximarmos da linguagem própria das ciências sociais, relaciona-se ao que Freire (1999) elenca enquanto “liberdade” ou “libertação”. A proximidade das significações, portanto, inferem em duas abordagens que foram ensaiadas neste trabalho: a emancipação em relação aos métodos de dominação capitalista; e a emancipação constante numa compreensão ampliada sobre ideologia, em que o conhecimento é referenciado (e autorreferenciado) pela dimensão relacional, substancialmente à agência educacional na formulação de problemas e quadros de pensamento. A teoria de Karl Marx encontra paralelos em Paulo Freire na abordagem do fenômeno da massificação pela dominação de classe, das elites dirigentes e burguesas, em seus procedimentos de alienação através do capitalismo. A teoria de Karl Mannheim encontra, entre outros, paralelos com o pensamento de Paulo Freire no que se refere, essencialmente, à necessidade da democratização da cultura para uma legítima e autônoma emancipação social, nos constructos do que seria a realização legítima de uma sociedade democrática. A busca de Freire (1999, p. 86) é:

De uma educação que tentasse a passagem da transitividade ingênua à transitividade crítica, somente como poderíamos, ampliando e alargando a capacidade de captar os desafios do tempo, colocar o homem brasileiro em condições de resistir aos poderes da emocionalidade da própria transição. Armá-lo contra a força dos irracionalismos, de que era presa fácil, na emersão que fazia, em posição transitivante ingênua.

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

Em meio a essas problematizações, a socióloga Amália Barboza (2012) demonstra-nos que apesar de nutrida uma rivalidade entre os integrantes da escola de Frankfurt – notadamente, Horkheimer, representante da teoria crítica e Mannheim, representante da sociologia do conhecimento – há elementos em comum entre ambas as abordagens, no trabalho intelectual ao conceito de “criticidade”, tão caro à obra de Paulo Freire e sua pedagogia.

A saber, a teoria de Adorno e Horkheimer (1985) elabora a crítica ao “esclarecimento” dos modernos, a partir da noção marxista de ideologia. Ao revelar as características da ideologia dominante burguesa, os autores demonstram que, através da promoção da ciência nos imperativos de dominação da natureza, pela relação de medo e pânico entre eu-todo, há uma diferenciação, apenas, formal às relações místicas de consciência das sociedades pré-capitalistas. Para eles, trata-se da constituição do mundo como indústria e em instrumento total, através da ideologia, que permite a própria negação generalizada do pensamento, no subsídio da alienação da própria natureza constitutiva da existência e, por conseguinte, da possibilidade verdadeira de conhecimento. Isso é possível pela transformação ilusória do *eu* em ente sublimado, transcendente e lógico perante o mundo, mas que perpassa, na verdade, pela influência da técnica, na experiência determinada pela divisão burguesa do trabalho. O que repercute, na ótica dessa teoria crítica, na própria reificação do mundo social através do paradigma racional.

A sociologia de Mannheim, como demonstrado, elabora uma concepção relacional de ideologia, investigativa às pluralidades culturais, mas sem o abandono da sistematização estrutural. Ao passo que a concepção marxista de ideologia, em seu ímpeto de caracterizar uma “falsa consciência”, articula o papel da posição e dos interesses de classe ao pensamento. Não se alude, aqui, a uma negação das contribuições marxistas pela tese mannheimiana, mas de uma expansão e alongamento de seus significados acerca de “totalidade”. No problema da busca da verdade, como descreve Barboza (2012), percebe-se a inferiorização do teor crítico da autorreflexividade sociológica proposta por Mannheim e a suposta inexistência de uma atitude

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

militante, por parte do autor, em sua teoria “relativista”. Paulo Freire resgata-o, como colocado, em outro sentido, pelas suas contribuições ao pensar-se a Educação e a democratização da sociedade.

Esse debate intelectual se torna frutífero para pensar-se o problema central à obra de Paulo Freire: as relações entre busca de verdade e emancipação social (“libertação”), frente ao fenômeno crescente de massificação, na sociedade brasileira “em trânsito” da década de 1960. Nas influências de ambas as matrizes conceituais: marxista e da sociologia do conhecimento, de modo a buscar-se discutir a questão democrática no Brasil, em uma antropofagia teórica – ousar dizer – que caracteriza os dilemas brasileiros a partir da pedagogia crítica.

Para Freire (1992, p. 90), há uma relação intrínseca entre mudança – caráter central da democracia – e racionalidade: os regimes democráticos “são flexíveis, inquietos, devido a isso mesmo, deve corresponder ao homem desses regimes, maior flexibilidade de consciência”. O processo de massificação, ao emergir o homem em sua incapacidade de decisão e responsabilidade política, coloca-o frente às arbitrariedades dos meios de comunicação de massa, que o furta da relação direta consciente com a vida, constituindo e ascendendo “formas míticas de explicação do seu mundo” (FREIRE, 1999, p. 91). Evoca-se o papel da “dialogação” e a ação educativa criticizadora, novamente, como pedagogia às democracias, em atitude refratária à “emersão” do povo, conveniente a um sistema educacional intransitivo. Anuncia-se a superação da atitude “quietista” pela racionalidade. Racionalidade propositiva à consciência de um fazer comum, de uma emancipação pela experiência, pela solucionabilidade dos problemas concretos e coletivos. Na síntese de seus termos:

Não podíamos compreender, numa sociedade dinamicamente em fase de transição, uma educação que levasse o homem a posições quietistas ao invés daquela que o levasse à procura da verdade em comum, “ouvindo, perguntando, investigando”. Só podíamos compreender uma educação que fizesse do homem um ser cada vez mais consciente de sua transitividade, que deve ser usada tanto quanto possível criticamente, ou com acento cada vez maior de racionalidade. (FREIRE, 1999, p. 90)

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

Em diálogo, Mannheim (1982), ao discutir a prática política, em consonância às proposições pedagógicas de Freire, demonstra a importância da Sociologia Política no fomento das decisões. Em uma atitude de integração da experiência à vida social total: tecido pulsante à uma sociedade democrática. A vida apresenta-se, aqui, num sentido das possibilidades de conhecimento e compreensão, de modo que a luta política é replicada, pela educação moderna, aos significados da sociedade ampla.

Nas tendências dessas considerações e extrapolando-as, pode-se afirmar, a partir desse estudo, que o sentido de emancipação social, no pensamento social de Paulo Freire, não se desvincula dos sentidos mais profundos atribuídos à democracia. Não apenas como regime político, mas como prática viva emulada pela Educação, em criticidade. Ao imaginar sociologicamente um projeto de país, e ao formulá-lo em sua *práxis* reflexiva.

Conclusões

O presente ensaio, ao buscar discutir os elementos da emancipação social constantes à “pedagogia libertadora” de Paulo Freire, propôs pensar os sentidos da democratização da cultura, em antinomia ao processo capitalista de massificação. Para esses esforços, utilizou-se o método de revisão bibliográfica de textos inaugurais e de grande expressividade no campo das Ciências Sociais. A literatura marxista e da sociologia do conhecimento, como mencionado, encontram reflexões significativas ao que se denominou como “pensamento social” de Paulo Freire.

No contexto de uma sociedade brasileira “em trânsito”, os esforços intelectuais de análise dos problemas nacionais são tidos por Freire, em sua experiência honrosa como educador popular, pela sensibilidade que transita ao que classificou como “povo”. O “povo” como protagonista, em lógica inversa às pretensões da indústria cultural e da proletarização, é sujeito ativo no processo educativo, à prática política.

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

A questão da consciência, nesse sentido, ganha contornos na coletividade, em que a “maieutica socrática” reinventada como método pedagógico proporciona a criticidade dos sujeitos, de forma comum e em relação com o seu tempo, seu mundo, sua história. A prática política e a participação popular são temas caros à Educação crítica, que se utiliza da sociologia do conhecimento de forma concreta, e não formal. Significa dizer que o método freireano, historicamente notório em seus feitos, antagoniza o que chamou de “educação bancária”, pautada no simplismo da transferência vertical do conhecimento. A horizontalidade da “dialogação” confere um novo e promissor dinamismo – essencial às democracias, como postula Freire – para o educando, em contato real com a consciência do mundo e seus problemas.

O sociólogo Karl Mannheim, como aborda a educadora Vanilda Paiva (1978), utiliza-se do conceito de “democracia militante” como atitude imprescindível aos intelectuais, para a realização de uma educação social que contrastasse o “desenraizamento” das massas, em outras palavras, a perda de sua participação da ordem social vigente. A “democracia militante” dinamiza o que, para Mannheim e Freire, constitui a essência democrática: seu elemento de mudança. Há, entre eles, também, uma concordância de que isso torna-se realizável num plano de reforma dos sistemas educacionais.

“A crise da educação no Brasil não é uma crise: é projeto”, disse, certa vez, Darcy Ribeiro. Algumas décadas passaram-se desde os escritos de Paulo Freire em “Educação como prática de liberdade” e, de certo modo, a educação brasileira permanece em projeto de crise e sob ataques das elites dirigentes. A realização democrática e a busca por um “fundo” comum de conhecimento, como infere Mannheim (1982), são dilemas ainda postos à nossa realidade, combinada à mercantilização do direito à educação, por um lado, e à precarização do sistema público, de outro. Ao pensar-se um projeto nacional, é imprescindível pensar-se – para além dos termos tecnocráticos – em um projeto coerente, crítico, libertador de Educação.

Paulo Freire, Patrono da Educação Brasileira, movimentada, como suscitado brevemente neste ensaio, conceitos importantes e imprescindíveis para a análise sociológica desses quadros de

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

pensamento. Em sua frágil modernização, ainda é tarefa concreta do nosso tempo a realização democrática, em nossa sociedade. A realização da Educação como liberdade, em nossa sociedade em “trânsito”. O papel dos intelectuais em relação à “democracia militante”, desse modo, não pode ser alheio aos problemas da pedagogia. A democratização da cultura concomitante à democratização da sociedade coloca-nos o desafio de resgatar Paulo Freire, sempre quando necessário.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BARBOZA, Amalia. “Duas sociologias frankfurtianas: Sociologia do conhecimento versus teoria crítica?”. In: **Civitas: Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do Espírito**. 6.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

KANT, Immanuel. “O que é Esclarecimento?”. In: **Revista Espaço Acadêmico**, v. 3, n. 31, 6 de maio de 2021.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

_____, Karl. Libertad, poder y planificación democrática. Madrid: Fondo de Cultura Económica, 1998 apud FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999

_____, Karl. **Sociologia**. São Paulo: Ed. Ática, 1982.

MARX, Karl. **Manuscritos de 1863–1867, O Capital, Livro I e Enquete operária**. Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2022.

O FENÔMENO DA MASSIFICAÇÃO E O PAPEL EMANCIPADOR DA EDUCAÇÃO

_____, Karl. **O Capital – Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

PAIVA, Vanilda. "Sobre a influência de Mannheim na pedagogia de Paulo Freire". In: **Síntese: Revista de Filosofia**, v. 5, n. 14, 1978.

WEFFORT, Francisco C. "Educação e Política (Reflexões sociológicas sobre uma pedagogia da Liberdade)". In: FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999